



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS

(CFOTC):

**PARECER Nº 51**, de 26 de junho de 2023.

**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 82/2023, que “Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 58.182,00 (cinquenta e oito mil, cento e oitenta e dois reais), junto ao orçamento municipal de 2023, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e dá outras providências”.

**AUTORIA:** PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

### I-RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que objetiva a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de recurso proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, destinados ao Programa Rede Cuidar.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

***“Art. 42. Compete a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:***

***I - plano plurianual de investimentos;***

***II -diretrizes orçamentárias;***

***III -orçamento anual;***

***IV -crédito adicional;***

***V - contas públicas;***

***VI - prestação de Contas;***

***VII -planos e programas municipais;***



# **Câmara Municipal de Ubá**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;*

*IX -fiscalização de investimentos;*

*X - tributos em geral;*

*XI - repercussão financeira das proposições;*

*XII - matérias relativas à fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta*

*XIII -patrimônio público municipal;*

*XIV - alienação de bens públicos;*

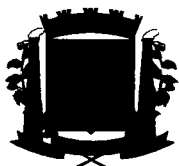
*XV – patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;*

*XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito".*

## **II- FUNDAMENTAÇÃO**

A Lei Federal nº 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disto, o art. 40 e art.41 II da referida lei, dizem:

***“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”***



# **Câmara Municipal de Ubá**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

***"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:***

***(...)***

***II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica".***

A Constituição da República estabelece, em seu art.167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

***"Art.167. São vedados:***

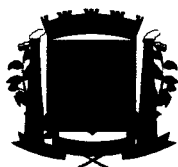
***(...)***

***V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"***

De acordo com a mensagem nº 064, de 12 de junho de 2023, o projeto origina de solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e tem como objetivo a Reprogramação Financeira, para utilizar em seus programas sociais, os recursos apurados em superávit orçamentário do último exercício fiscal.

Conforme informado no Termo para Solicitação de Crédito Adicional – TCA, anexado ao projeto, essa reprogramação foi devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS, em razão dos recursos pertencerem ao Fundo Municipal de Assistência Social, sendo o Conselho supracitado o órgão autônomo, responsável por deliberar sobre a sua utilização dos recursos.

Importante destacar que o artigo 2º estabelece que “os créditos adicionais especiais abertos pelo artigo anterior serão cobertos com recursos de Superávit Financeiro apurado no exercício de 2022 (...)”.



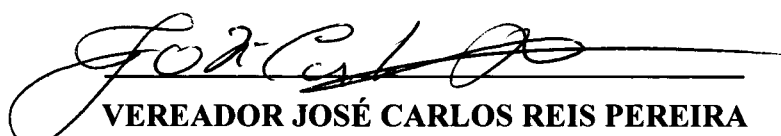
# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## III-CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 82/2023.

Ubá, 26 de junho de 2023.

  
**VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA**  
**RELATOR**

### MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



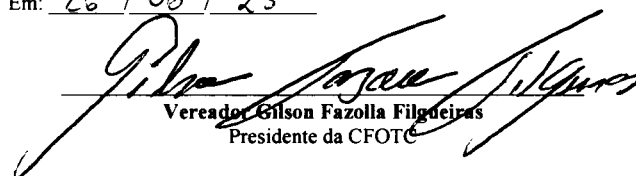
Aprovado



Rejeitado

Por: TODOS

Em: 26 / 06 / 23

  
**Vereador Gilson Fazolla Filgueiras**  
**Presidente da CFOTC**